



Crítica Ontológica-materialista ao Campo Científico da Gestão Social

Autoria

Rossi Henrique Soares Chaves - rossichaves@hotmail.com

David Silva Franco - davidf.jf@gmail.com

Centro de Pós-Grad e Pesquisas em Admin – CEPEAD/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

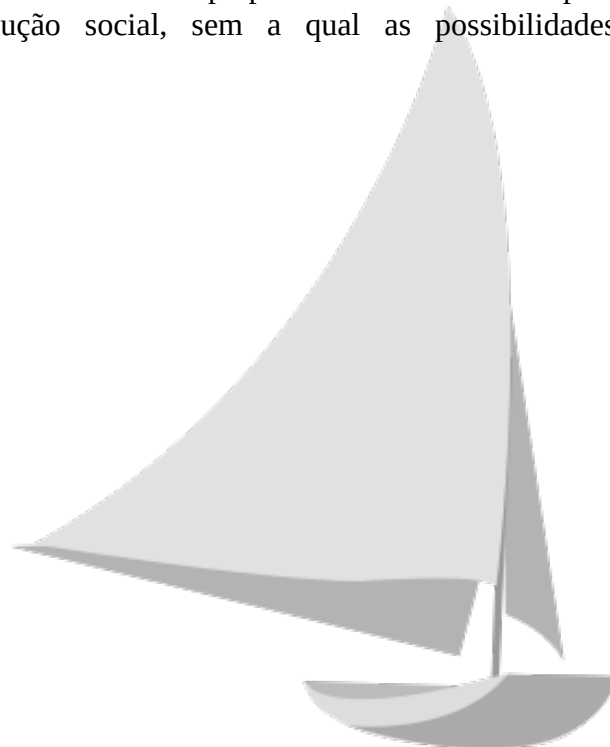
Bacharelado em Adm./IFMG - Instituto Federal de Minas Gerais

Agradecimentos

Agradecemos a CAPES pelo apoio fornecido.

Resumo

Propomos neste ensaio fomentar o debate e a reflexão, a partir da perspectiva ontológica-materialista, sobre a crítica à Gestão Social enquanto campo científico do conhecimento. A base teórica da Gestão Social fundamenta-se nas perspectivas weberianas e habermasianas para uma crítica à gestão hegemônica na sociabilidade capitalista, essencialmente voltada aos interesses de lucratividade, sobrepondo os retornos financeiros ao bem-estar social. Como proposta emancipatória, teóricos da Gestão Social propõem o consenso dialógico, a participação social nas decisões políticas, a racionalidade comunicativa para direcionar a gestão para uma sociedade mais igualitária. Nossa crítica se centra na limitação tanto das bases teóricas quanto das propostas emancipatórias deste campo, visto que sua perspectiva idealista o impede de analisar os reais desafios da luta de classes e de como a produção de novas racionalidades perpassa necessariamente pela alteração das bases materiais da reprodução social, sem a qual as possibilidades emancipatórias se tornam utópicas.





Crítica Ontológica-materialista ao Campo Científico da Gestão Social

Resumo

Propomos neste ensaio fomentar o debate e a reflexão, a partir da perspectiva ontológica-materialista, sobre a crítica à Gestão Social enquanto campo científico do conhecimento. A base teórica da Gestão Social fundamenta-se nas perspectivas weberianas e habermasianas para uma crítica à gestão hegemônica na sociabilidade capitalista, essencialmente voltada aos interesses de lucratividade, sobrepondo os retornos financeiros ao bem-estar social. Como proposta emancipatória, teóricos da Gestão Social propõem o consenso dialógico, a participação social nas decisões políticas, a racionalidade comunicativa para direcionar a gestão para uma sociedade mais igualitária. Nossa crítica se centra na limitação tanto das bases teóricas quanto das propostas emancipatórias deste campo, visto que sua perspectiva idealista o impede de analisar os reais desafios da luta de classes e de como a produção de novas racionalidades perpassa necessariamente pela alteração das bases materiais da reprodução social, sem a qual as possibilidades emancipatórias se tornam utópicas.

Palavras-chave: Gestão Social; Ontologia materialista; Luta de Classes; Emancipação humana.

1. Introdução

A ciência, em seu arranjo atual, é caracterizada pela sua divisão em um numeroso grupo de disciplinas que se distinguem entre si em seu objeto de pesquisa. O fazer científico contemporâneo costuma partir do pressuposto de que as abordagens que o precederam são corretas e que contribuem para o avanço da ciência. É assim que as formulações e métodos de Comte, Descartes, Durkheim, Weber, entre outros, são naturalizados dentro dos campos científicos e pretensamente apontados como o verdadeiro caminho para se fazer ciência.

Mészáros (2009) aponta que tal panorama possui em seu cerne funções ideológicas vitais, em que a propagação de tais ideais significaram até aqui a crença de que se é possível solucionar os problemas da humanidade apenas por meio do avanço da ciência, assim como da tecnologia: “ou seja, uma expectativa de resolver os problemas identificados sem a necessidade de uma intervenção substancial no plano da própria estrutura social contestada de forma antagônica” (MÉSZÁROS, 2009, p. 20).

Entretanto, se partirmos do entendimento de que todo conhecimento é, via de regra, de forma imediata ou mediada, como aponta Tonet (2013, p.11-12), “um instrumento para a intervenção social, então, não há dúvida, de que isso tem largas consequências sociais”, principalmente quando “tal abordagem impede que se percebam os interesses sociais que permeiam a construção da cientificidade”. Diante disso, é essencial entender como esse conhecimento foi produzido e quais consequências ele produz para a intervenção social, a quem ele primordialmente favorece, com que classe ele está comprometido, sua função na reprodução da ordem sociometabólica do capital, a manipulação que ele proporciona para se alcançar determinado fim, segundo a ideologia dominante.

A produção do conhecimento é certamente um tema de extrema relevância e também reincidência nos Estudos Organizacionais (cf. FARIA, 2011; PAES DE PAULA, 2015). São diversas as tentativas que tiveram como objetivo superar seu caráter de “disciplina técnica”, tal como a hegemonia funcionalista compreende e trata principalmente as profissões que estão em seu *locus*. Devido a ampla gama de disciplinas e “campos” que compõem os Estudos Organizacionais, aqui trataremos de um conhecimento produzido por uma disciplina usualmente compreendida como parte do chamado “Campo de Públicas”, que abrange diversas temáticas que interseccionam a atuação e conformação da gestão na esfera pública.

A Gestão Social, ao se propor enquanto campo científico do conhecimento, por aderir diversos pesquisadores e por ser um tema com certa relevância, despertou nossa atenção. Afinal



de contas, a Gestão Social consegue entregar o que promete? É um campo do conhecimento científico que explica a dinâmica social em suas principais determinações e mediações? Seus pressupostos estão comprometidos com uma verdadeira emancipação humana, almejando e revelando um potencial transformativo?

Essas são algumas das perguntas que saltaram aos nossos olhos diante da proposta de campo do conhecimento científico que assim se apresenta. Para análise desta proposta, partiremos da concepção marxiana de ciência, sobretudo atentando às determinações ontológicas do pensamento. Não temos a pretensão de propor a adoção de um novo conhecimento científico no lugar do que examinaremos, mas sim, de forma crítica, evidenciar a potencialidade deste campo do conhecimento para os fins que pretende alcançar.

Diante desse cenário, o objetivo do presente ensaio é fomentar o debate e a reflexão, a partir da perspectiva ontológica-materialista, sobre a crítica à Gestão Social enquanto campo científico do conhecimento. Para tanto, adotaremos como referencial central o pensamento marxiano. Como parte do percurso, tecemos análise críticas também aos pressupostos teóricos de onde os autores da Gestão Social partem, como o “agir comunicativo” de Habermas e a “teoria das racionalidades” de Guerreiro Ramos. Dedicaremos a próxima seção à caracterização deste, assim chamado, campo científico, para caminharmos aos pressupostos de nossa analítica.

2 Gestão Social: como os seus produtores teóricos a compreendem?

O campo científico da Gestão Social, que doravante também denominaremos pela sigla GS, tem movimentado diversos pesquisadores brasileiros, especialmente os da Rede de Pesquisadores em Gestão Social, cujos trabalhos se atrelam sobretudo às disciplinas do Campo de Públicas. Cançado, Pereira e Tenório (2013) apontam que é possível rastrear sua gênese no cenário nacional. Segundo os autores, o professor Fernando Guilherme Tenório é a principal referência teórica do campo, tendo produzido e organizado diversas publicações sobre o tema. Ele fundou também um grupo de estudos dedicado ao tema (TENÓRIO, 2006), o Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), vinculado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Tal pioneirismo impulsionou a criação de outros grupos de pesquisa pelo Brasil, com destaque para o “Encontro Nacional de Gestão Social”, que, em 2019, realizará sua décima primeira edição.

Cançado, Pereira e Tenório (2013) apontam que o primeiro artigo nacional dedicado ao tema data de 1998, sendo redigido por Tenório (1998) e publicado na Revista de Administração Pública sob o título “Gestão social: uma perspectiva conceitual”. Entre seus autores, têm sido frequentes proposições de que o campo da GS permanece em construção no Brasil (ARAÚJO, 2012). Tanto Cançado (2011) quanto Carrion (2012) ressaltam a não existência de consenso quanto a uma definição unitária para GS, que assume uma variedade de significados em diversos trabalhos acadêmicos. Spuri (2015) e Silva (2017) apresentam, cada um, um quadro com a diversidade de conceitos de GS, demonstrando que as diferentes definições se moldam às distintas abordagens teóricas em que se enquadram. Não obstante, há esforços convergentes para se delimitar como marco conceitual da GS a necessidade de enfatizar “que os gestores, qualquer que seja a configuração jurídica da organização, atuem sob uma perspectiva na qual o determinante de suas ações deve ser a sociedade e não o mercado” (TENÓRIO, 2010, p.58).

Para Tenório (2010, p.57), a GS deve representar o oposto à gestão estratégica, sendo assim, “uma tentativa de não pautar os processos decisórios exclusivamente pela ótica da competição, do mercado, tal como se comporta no sistema sócio-econômico em que vivemos, mas por meio de cursos de ação compreensivos, voltados para o bem-comum e para o bem viver”. Paes de Paula (2012) insere a GS em um movimento maior de resignificação da gestão, em oposição às concepções hegemônicas da Administração, e também estabelece a conexão entre GS e uma nova concepção de gestão pública, a qual pode atuar mais incisivamente em busca de uma sociedade mais igualitária.



Enquanto base teórica, Tenório (2008) – inspirado por Guerreiro Ramos – sugere o campo da GS como uma linha de fuga ao pensamento tradicional dominante na Administração e na Administração Pública, no intuito de subordinar as teorias organizacionais ao conhecimento emancipatório. O autor sugere que esta tarefa deve ter como base pensadores brasileiros e intelectuais do marxismo ocidental, como Georg Lukács, e alguns expoentes da Escola de Frankfurt, como Mark Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Jurgen Habermas – este último, com sua crítica ao agir instrumental e a sua proposta centrada na ação comunicativa. A partir da teoria da ação comunicativa habermasiana, a “linha de fuga” ampliou-se à discussão do conceito de GS, enquanto uma possibilidade de administração que busca a superação das opressões sociais. No que diz respeito aos conhecimentos até então produzidos no campo, Tenório (2008) reflete que a

gestão social tem sido objeto de estudo e prática muito mais associado à gestão de políticas sociais, de organizações do terceiro setor, de combate à pobreza e até ambiental, do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas quer naquelas relações de caráter produtivo. (...) entenderemos gestão social como o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não governamentais). (TENÓRIO, 2008, P. 158)

Nesse trabalho, utilizaremos como norte essa definição de Tenório (2008) e também a realizada por Cançado, Tenório e Pereira (2011, p.697), que afirmam que a Gestão Social “pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último”. Os autores reforçam que tal conceito não é de caráter prescritivo, podendo alterar-se conforme o avanço de pesquisas no campo.

Os fundamentos teóricos da GS têm como referências principais Jurgen Habermas e Guerreiro Ramos. A Gestão Social proposta por Tenório pressupõe o pensar em interesse público, e esse ponto de vista se restringe em envolver no seu conceito uma ideia de espírito de cidadania – ou o que Tenório chamou de cidadania deliberativa (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011) – e civilidade, associados como acontecimentos naturais, uma vez que são tratados como algo que surge de maneira espontânea e dialógica, manifestada na ação comunicativa dos indivíduos no tecido social. Tenório (2008b, p. 27) aponta que o agir comunicativo habermasiano é essencial na construção do conceito de GS, porque “no processo de Gestão Social [...] a verdade é a promessa de consenso racional, [...] não é uma relação entre o indivíduo e a sua percepção de mundo, mas sim um acordo alcançado por meio da discussão crítica, da apreciação intersubjetiva”. Cançado, Pereira e Tenório (2013) sugerem ainda que a GS seria o caminho para a emancipação, por ter como fim o estabelecimento de um processo decisório mais participativo e dialógico, que seja exercido por diferentes sujeitos sociais.

A este ponto, é valoroso trazer três argumentos de Tenório (2012) a respeito da Gestão Social, os quais foram sistematizados por Cançado, Pereira e Tenório (2013, p.114) da seguinte forma: “1) o conceito é subserviente à realidade não republicana brasileira; 2) o conceito é uma utopia, dada a sua pretensão antinômica ao de gestão estratégica; e 3) é um não conceito, uma mediação entre a consciência e a realidade”. Tais argumentos residem nas crenças de que um ideal republicano é capaz de propiciar uma cultura voltada para o bem comum; sendo o Brasil uma sociedade não republicana, aqui os interesses particulares tendem a se sobrepor aos interesses coletivos. Consideram que a hegemonia da racionalidade unitária (gestão estratégica) torna a GS uma utopia, visto a impossibilidade de se enxergar um caminho claro à sua concretização. O terceiro é fruto de influência do termo adorniano de “não idêntico”, que, de



forma sucinta, se trata do conceito que fica supostamente encoberto ou esquecido, ou, ainda, o que foi apreendido pelo sujeito, mas ainda não conseguiu ser expresso em forma de conceito.

Cançado, Pereira e Tenório (2013, p.132), na tentativa de delimitar ainda mais o campo enquanto científico, reconhecem que se trata de ideais weberianos (no sentido de algo a ser atingido) e apontam: “a Gestão Social é a tomada de decisão coletiva, sem coerção baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação na condição de fim último”. Os critérios que os autores seguem e propõem para delimitar o estatuto científico do campo se baseiam na tentativa de identificar e descrever a ontologia, a epistemologia, a metodologia e a natureza humana.

Tomando por referencial a obra de Burrell e Morgan (1979), a GS é caracterizada por Cançado, Pereira e Tenório (2013, p. 133) como de: *ontologia nominalista*: “pois a tomada de decisão coletiva sem coerção tem como pressuposto a questão da intersubjetividade (dialogicidade, transparência) e da construção da realidade a partir do entendimento”; *epistemologia antipositivista*: “na medida em que a realidade social pode e deve ser (re)construída no interesse dos seus membros e a partir da sua percepção”; *metodologia ideográfica*: “se baseia na importância de deixar que o sujeito revele sua natureza e suas características durante a pesquisa, postura essencial para analisar a tomada de decisão coletiva sem coerção baseada no entendimento”; e *natureza humana voluntarista*: “se a percepção é pela (re)construção da realidade a partir da interação entre as pessoas a sua intersubjetividade sem coerção, o livre arbítrio é uma condição para este processo”. Ainda considerando o quadrante de Burrell e Morgan (1979), Cançado, Pereira e Tenório (2013) enquadram a GS no humanismo radical, definindo-a, em termos kuhnianos, como ciência contranormal, visto ser um campo alternativo ao hegemônico da Administração.

Cançado (2011) realizou uma pesquisa com a finalidade de mostrar o estado da arte da produção científica nacional em Gestão Social, no período de 1999-2010, levando em conta 16 periódicos. O trabalho mostra uma alta quantidade de trabalhos produzidos sobre o tema (55 artigos) e pontua a criação da revista *Administração Pública e Gestão Social*, lançada em 2009. Considerando o mesmo período, realizou um levantamento dos artigos publicados em eventos, chamando a atenção para a criação do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social em 2007, identificando o total de 130 artigos. Já Peres Jr. (2013) fez um levantamento no ano de 2012 no Google Acadêmico para identificar os artigos de maior impacto no campo da GS: encontrou 22 artigos com mais de 10 citações, com proeminência do já considerado clássico “Gestão social: uma perspectiva conceitual”, que apareceu com 92 citações. Trata-se, portanto, de um campo científico que tem alcançado certa relevância no meio científico nacional, sobretudo nas disciplinas de Administração e Administração Pública, ocupando um espaço importante nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como nos periódicos científicos.

3 Fundamentos da crítica ontológica baseada no materialismo histórico dialético

Conforme Ferraz, Chaves e Ferraz (2018) elucidam, a gnosiologia-epistemologia se refere ao modo como o sujeito cognitivo imputa suas razões subjetivas para a explicação da aparência do real. Com a utilização de métodos pré-estabelecidos, cuja aceitação depende do consenso que pesquisadores têm sobre o rigor destes métodos para validar a verdade científica, o objeto torna-se passível de mensuração e classificação. Nesta concepção de ciência, o caráter idealista sobressalta, pois se trata de uma apresentação da realidade organizada pela razão do sujeito cognoscente, o qual imputa à própria realidade os seus pressupostos e/ou hipóteses.

Em relação à perspectiva da ontologia, os mesmos autores apontam que não se trata da construção mental do objeto pelo sujeito pesquisador para depois confronta-lo com a investigação empírica, mas da apreensão do real tal como ele é. Isto significa que é o próprio objeto que, ao ser aproximado pelo pesquisador, irá apontar os rumos necessários para se fazer



conhecido. Na busca pela verdade, a perspectiva ontológica incita ir além da aparência, almejando a essência do objeto em sua totalidade, independentemente da razão subjetiva do próprio pesquisador – o que não significa, contudo, um posicionamento de neutralidade científica, já que a verdade aponta as contradições que desnudam opressões e reforçam o compromisso científico com a emancipação humana. Quando o sujeito apreende o objeto, temos a transformação da realidade concreta para o concreto pensado, ou seja, temos o objeto transposto para o pensamento (FERRAZ; CHAVES; FERRAZ, 2018).

Não há como falar do materialismo histórico dialético sem falar de Marx, o qual rompe com todas as correntes filosóficas de construção do conhecimento até então estabelecidas. Marx inaugurou a percepção de que o trabalho humano tem uma dupla dimensão: é trabalho útil e concreto (produz valor de uso) e trabalho abstrato (produz valor). O valor não é um componente físico; sua materialidade está ligada à própria concretude das relações sociais onde foi produzida a mercadoria. Por isso, todas as categorias analisadas por Marx (capital, dinheiro, valor, mercadoria) são consideradas a partir das suas contradições reais e não meramente conceituais, já que ele não se contentava em apenas expor as contradições discursivas, mas aquelas da própria sociedade, a partir do desenvolvimento das relações sociais e históricas (KOHAN, 2005). Marx (2011, p.85) aponta que, de forma geral,

em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, *também do ponto de vista científico*, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal.

Nesta passagem, Marx nos dá uma importante pista de seu pensamento: a determinação primária das relações sociais, firmadas no movimento da história, é a base material sobre a qual emerge o movimento da dinâmica de reprodução social e da consciência dos sujeitos que produzem e se reproduzem (tanto objetiva quanto subjetivamente). Segundo Sartori (2010, p.19-20), tal fato ainda expressa algo “essencial a uma crítica ontológica: as próprias abstrações e as categorias ligadas a elas”, ou seja, as categorias devem ser determinadas pelas formas de ser e da existência concreta. Muitas vezes, as abstrações realizadas pelas teorias do conhecimento contemporâneas acabam por isolar uma parte das determinações de existência, deixando em segundo plano a gênese do ser social para compreender fenômenos cujas características são intrinsecamente históricas e que refletem a natureza social do homem.

A assim chamada teoria das abstrações e, mais especificamente, a importância de se chegar a abstrações razoáveis para uma representação da totalidade social a que se investiga, é fato essencial para Marx. Diferentemente das demais formas de análise do real, como as das ciências da natureza, “na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos”, sendo a abstração razoável o elemento categórico que substitui a ambos (ASSUNÇÃO, 2013, p.78). As abstrações são, portanto, o ponto de partida do método científico exato da ciência social e não o fim do conhecimento. E isto não por um critério epistemológico qualquer, mas por imposição da própria natureza da coisa que se pesquisa. As abstrações delimitadas e depuradas, enquanto um meio para a produção do conhecimento, têm o caráter de etapa analítica apenas provisória. O processo de totalização das mediações que constituem determinado fenômeno somente se alcança medindo comparativamente aquelas abstrações com a realidade a que elas pretendem reproduzir mentalmente. Depuradas as abstrações em sua razoabilidade, parte-se então para a caminhada de volta, com explicações que tragam a essência do movimento do real (ASSUNÇÃO, 2013).



A teoria marxiana, ao se valer das abstrações, por ter como seu objeto central a sociedade burguesa e as relações sociais, sugere que o ser humano é capaz de utilizá-las como uma maneira de compreensão intelectual da realidade que o cerca. Ter o objeto como ponto de partida e ponto de retorno é fundamental para uma ontologia que se pretende crítica e capaz de revelar a natureza a que se propõe investigar, sem ceder aos percalços da metafísica, do idealismo, do empirismo, das abstrações arbitrárias, ou mesmo de outros métodos e abordagens que tendem a focar no ponto de vista gnosiológico – aquele centrado na produção subjetiva do sujeito pesquisador. Para tanto, a análise histórica dos conflitos de classes faz-se fundamental.

Sendo assim, não basta uma intenção benevolente ou uma imparcialidade na percepção do pesquisador, nem mesmo é suficiente se estabelecer um conjunto de construtos teóricos, de paradigmas, de técnicas, para se seguir de modo regrado e metodológico, pois é necessário partir das determinações de existência do ser social. Essas determinações pressupõem uma análise das várias representações e espelhamentos próprios da forma de sociabilidade burguesa. Abdicar da realização de tal tarefa constitui omitir ou até mesmo ignorar a ideologia hegemônica que vigora no capitalismo. O próprio Marx (2013, p.132) atenta que “não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos”.

4 Submetendo a Gestão Social à Crítica Ontológica-materialista

Há tempos se discute se a gestão é uma arte ou uma ciência. São comumente caracterizados como conhecimentos artísticos os que abarcam o desenvolvimento de habilidades essencialmente pautadas na intuição, voltadas para a expressão de práticas comunicativas e/ou estéticas. Em relação aos saberes considerados científicos, temos aqueles que envolvem um corpo teórico próprio, cuja elaboração é baseada em princípios metodológicos racionais, buscando certo grau de previsibilidade sobre o fenômeno estudado e que têm certa legitimidade no ambiente social (MATTOS, 2009).

Na tentativa de responder tal dilema, Mattos (2009) conduz a uma argumentação que leva a crer que os saberes administrativos são tanto ciência (já que há um ambiente institucional voltado para a consolidação da Administração enquanto disciplina) quanto arte (já que se volta para a consolidação de saberes apreendidos na prática cotidiana). Esse debate conduzido pelo autor, de certo modo, leva a uma cisão do que é considerado teoria e do que é prática, deixando em segundo plano a concepção de que a própria construção teórica se trata de uma prática social, permeada por interesses e relações políticas. Com isso, o autor acaba por dar primazia à gnosiologia pura do conhecimento, sem se aprofundar sobre o caráter ontológico que os saberes em gestão envolvem, não abordando os aspectos de construção do conhecimento enquanto parte das exigências do trabalho. Para os cientistas da Administração, a construção do conhecimento é parte do trabalho que abarca tanto exigências institucionais da academia quanto da própria dinâmica do capital (ao qual, predominantemente, a ciência se subordina).

Em diversos trabalhos que tratam da compreensão das racionalidades envolvidas nas relações sociais de produção, a corrente idealista é consistentemente a mais frequente. Na ótica de Weber (1987), por exemplo, é a racionalidade engendrada pela ética protestante que molda as práticas capitalistas de individualismo, foco no trabalho árduo, busca pelo lucro e espírito aventureiro necessário ao empreendedorismo. Também de Weber (1946) partem os estudos embrionários das organizações formais, partindo da abstração do tipo ideal do modelo burocrático. Embora Weber considere a burocracia como uma forma de dominação, as críticas delineadas em sua sociologia compreensiva não chegam ao cerne da racionalidade da gestão burocrática enquanto expressão objetiva-subjetiva do desenvolvimento histórico-material da sociedade capitalista – uma sociedade formada no contexto de luta de classes, na qual o conhecimento administrativo necessitava de ser dissociado do quadro de exploração do trabalho, camuflando a real opressão dentro de um ideal de eficiência administrativa.



A influência de Weber em trabalhos posteriores sobre racionalidades foi significativa. Conceitos como racionalidade instrumental e racionalidade substantiva (RAMOS, 1989), por exemplo, tratam da forma como indivíduos e grupos buscam formas de atuação nas organizações, a fim de atingir determinados objetivos, sendo a racionalidade instrumental predominantemente voltada para a satisfação de interesses próprios e egoísticos, enquanto a racionalidade substantiva estaria voltada para o bem-estar social. Já a sofisticada teoria da ação comunicativa de Habermas (1987) estaria pautada no esforço que indivíduos e grupos dispõem para a busca de um consenso social, presando pela interação e satisfação de interesses mútuos, focando sua análise nos processos da linguagem. Sem a pretensão de aprofundar nestes conceitos, por ora ressaltamos apenas o caráter idealista deles, já que partem do princípio de que as diferentes racionalidades é que moldam as práticas sociais, sendo a consciência social o principal recurso para superação das opressões. De nossa parte, partimos do contrário, ou seja, da primazia das práticas sociais para moldar as racionalidades, sem desconsiderar a relação dialética entre ambos.

Podemos afirmar que a racionalidade se trata da forma como subjetivamente os indivíduos e grupos concebem as lógicas de organização social; já a racionalidade específica da gestão, aquela que é produzida por sujeitos (individuais e/ou coletivos) que atuam no ambiente produtivo auto ou heterogerido. Pela concepção do materialismo histórico dialético, contudo, não há cisão entre objetividade e subjetividade, entre instâncias psicológicas e sociais, entre espírito e matéria. Os processos de racionalização atuais se estabelecem a partir de práticas que são resultado de racionalidades anteriores que, por sua vez, só puderam ser estabelecidas a partir da relação do homem com o seu meio.

Em seu método, Marx fala de homens em relação na sua forma de produção da vida. Com isso rompe com a antologia de que o ponto de partida para a transformação da sociedade é a mudança do indivíduo. Para ele não há mudança sem mudar as relações sociais. (...) os homens produzem mercadorias, daí produzem ideias que são as categorias abstratas das relações sociais. As categorias são produtos históricos e transitórios (ALVES, 2010, p. 6).

A denominada racionalidade instrumental, que pela ótica idealista muitas vezes toma a aparência de sujeitos que simplesmente optam pela ausência de empatia, não deixa de ser permeada pelo julgamento moral. Contudo, a opção pela racionalidade egoística não deveria ser concebida como mera alternativa individual do sujeito que a prefere, em detrimento de uma racionalidade voltada ao bem coletivo. Havendo o interesse científico emancipatório, é preciso que nos aprofundemos nas contradições históricas dos modos de reprodução da vida que condicionam as alternativas de atuação dos agentes, para que, assim, as práticas sociais de reprodução da vida possam ser alteradas – na ótica marxiana, essa alteração não seria possível senão pela luta de classes, já que não se pode esperar por concessão voluntarista dos que se encontram em condição de dominantes na dinâmica social. Os estudiosos da Gestão Social, ao se colocarem como linha alternativa e ciência contranormal, em nome de bandeiras como interesse público e democracia deliberativa, apresentam-se como real alternativa para um conhecimento emancipatório, buscando a supressão da alienação social.

Em um primeiro momento, a GS se demonstra atraente por propor conhecimentos científicos relacionados a algumas temáticas que tangenciam a necessidade material. Entretanto, é possível apontar de antemão que a forma como o seu conhecimento é produzido, centrado na gnosiologia e na relegação da sua práxis para o mundo intersubjetivo e de valores, sugere que este conhecimento pouco se difere dos demais produzidos e sua práxis está destoada do compromisso com uma mudança efetiva na sociabilidade capitalista. Logo, este conhecimento tende a reforçar a lógica do conhecimento científico positivista, comprometido com a sociabilidade burguesa. Tal percepção é fundamental, haja vista os fins pretendidos por



essa teoria do conhecimento. A própria concepção do que seja conhecimento, a princípio, se coloca em muitos pontos na contramão da concepção ontológica, justamente porque tem na gnosiologia o prisma central de seu desenvolvimento. Em termos ontológicos materialistas, essa concepção do conhecimento traz diversos pontos conflitantes, pois se exime de identificar as reais causas das opressões sociais, o que limita o potencial da ciência de representar o arcabouço teórico necessário às práticas emancipatórias que se fundamentam na práxis revolucionária.

Na proposta da GS, é possível observar a busca pela participação popular como meio para assegurar o sucesso do interesse público e o alcance do “espírito cidadão”, deixando evidente uma percepção de que, para se alcançar o interesse público e reconstruir a esfera pública, basta uma ação apaziguadora e limitada pelos instrumentos legais. O fato de o Estado se organizar e se arranjar em uma dinâmica social capitalista não é passível de questionamentos em nenhum trecho da proposta de Cançado, Pereira e Tenório (2013), sendo este um ponto crítico da análise, visto que a produção capitalista se ancora essencialmente na alienação social. Torna-se nítida aqui a crença que Paço Cunha e Rezende (2018, p.15) denominam, recuperando Chasin, de participacionismo, ideia que “decorre da manutenção das condições materiais que sempre concentraram o poder econômico e político no quadro da miséria brasileira”.

Não foi possível encontrar na literatura que fundamenta esse campo científico qualquer referência à luta de classes e às determinações do capital. Como é possível almejar uma emancipação relegando estas questões fundamentais? Se a produção do conhecimento está comprometida com a preservação da forma estatal capitalista e da sociabilidade burguesa, isto tem implicações essenciais para a real compreensão da sociedade e, principalmente, para uma proposta que se pretende emancipatória.

Quando Cançado, Pereira e Tenório (2013) argumentam que o Brasil está longe de um ideal republicano (aquele voltado para o bem comum), porque nossa racionalidade predominante é essencialmente focada em interesses particulares, há a brecha para questionarmos: por que o Brasil é assim? E quais são os países que melhor se aproximam do ideal republicano? Qual a influência dos países considerados republicanos sobre o distanciamento dos países periféricos em relação a este ideal? Seriam os países republicanos assim, por que eles conseguiram construir *antes* uma racionalidade substantiva, ou essa racionalidade substantiva pôde ser estabelecida *durante* décadas de ação imperialista sobre os países periféricos para, assim, garantir a base material que os permitissem melhor investir em educação e democratização política? Não se consegue responder estas perguntas, refletindo a realidade tal como ela é, sem uma investigação minuciosa e materialista da sociedade. E uma investigação materialista, de forma alguma, necessita prescindir da análise da subjetividade e da racionalidade dos sujeitos que se encontram inseridos na sociedade. Contudo, é necessário identificar as relações sociais materiais que possibilitaram a conformação da consciência.

O apontamento vago de que os gestores, sejam de organizações públicas ou privadas, devem se focar no interesse social é também parte do argumento liberal da tão falada Responsabilidade Social das empresas. Este discurso, que já tem acompanhado hegemonicamente os informes corporativos, não tem sido capaz de frear a exploração humana e tampouco os crimes ambientais que assolam a humanidade. Assim, a perspectiva da GS, enquanto produtora de práticas discursivas, não se afasta do já propagado pelos agentes da dinâmica capitalista, que buscam a manutenção do *status quo*. Este é o cerne da nossa crítica. A este ponto, cabe ressaltar que não se trata apenas da lente epistemológica que se escolhe usar para a compreensão e atuação sobre a sociedade, mas da busca pela verdade – que é o interesse essencial da ciência, como um todo. A busca pelo conhecimento objetivo da realidade social já traz em seu cerne o reconhecimento das contradições, opressões, desigualdades, assim como das possibilidades de resistência no âmbito da luta de classes (com os seus diversos extratos e disputas intra-classes). Na ótica marxiana, a objetividade não se trata da falseabilidade experimental, tampouco de uma neutralidade do ponto de vista do pesquisador, tal como



usualmente se posicionam cientistas positivistas. A objetividade marxiana indica o compromisso de apreensão do real em sua totalidade, sem desconsiderar a limitação do sujeito cognoscente individual para dar conta deste intuito. Neste sentido, o almejo da totalidade aponta para o reconhecimento da existência da verdade e das suas múltiplas determinações, feito possível a partir do esforço coletivo dos pesquisadores que almejam melhor compreender a sociedade e, (não somente) assim, contribuir para transformá-la.

5 Considerações Finais

O objetivo deste ensaio foi conduzir uma crítica, a partir da perspectiva ontológica-materialista, sobre o campo científico da Gestão Social. Delineamos então a discussão apontando o quanto a perspectiva gnosiológica e idealista das suas bases teóricas a limitam de trazer conhecimentos mais acurados acerca da sociabilidade capitalista e das suas contradições. Neste sentido, o intuito explicativo e emancipatório da GS se mostra insuficiente, visto que sua proposta carece de lastro histórico para a compreensão e atuação sobre a sociedade, tanto no âmbito objetivo (do porquê e como a sociedade age e se produz como tal) quanto subjetivo (do porquê e como as pessoas pensam e agem como tal).

No âmbito do sujeito individual, consideramos que é sim possível ora agirmos a partir de uma racionalidade instrumental, ora a partir de uma racionalidade substantiva, próxima de um agir comunicativo habermasiano. Contudo, quando tratamos da gestão socio-produtiva, num contexto macrossocial, o que na sociedade capitalista se dá primordialmente por meio da exploração da força de trabalho assalariada, a concepção de uma racionalidade substantiva, sem a efetiva mudança da base material, é totalmente utópica – algo já dito pelos autores da teoria, mas não suficientemente explicado do porquê ser utópica. Isso implica reconhecer que a racionalidade que se estabelece no sistema do capital é também fruto dos processos históricos do desenvolvimento industrial e tecnológico que perpetua o antagonismo de classes. Assim, se a forma predominante de reprodução material é baseada em relações sociais instrumentais, qualquer racionalidade genuinamente divergente aparece como movimento de resistência.

É importante considerarmos que a própria dinâmica capitalista, pautada na concorrência, é um elemento estruturante da racionalidade ortodoxa da gestão. Assim, a discussão sobre emancipação necessita acompanhar a superação do capitalismo. Tendo esse norte, a perspectiva marxiana é frequentemente acusada de determinismo econômico. Todavia, como nos revela Mészáros (2016, p. 108), tal acusação não se sustenta, pois se “a economia é o determinante último, também é o ‘determinante determinado’: ela não existe fora do complexo sempre concreto, historicamente cambiante das mediações concretas, incluindo as mais ‘espirituais’”. Assim, concordamos com Lukacs (2013) quando diz que uma racionalidade jamais pode ser considerada absoluta; sempre haverá alternativas para as formas de atuação humana e potencialmente de resistências, ainda que tal campo de decisões também se restrinja ao próprio complexo concreto do ser, o qual, em última instância, é determinado pelo próprio ser social.

Referências

- ALVES, A. M. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v 9, n. 1, 1-13, 2010.
- ARAÚJO, E. T. de. **(In)Consistências da gestão social e seus processos de formação**: um campo em construção (Tese). PUC: São Paulo, 2012.
- ASSUNÇÃO, V. N. A teoria das abstrações de Marx: o método científico exato para o estudo do ser social. **Revista Verinotio**, nº 18, p.46-61. Belo Horizonte, 2013.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.
- CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social** (Tese). UFLA: Lavras, 2011.



- _____.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. **Gestão social**: reflexões teóricas e conceituais. Cadernos EBAPE (online), v. 9, n.3, p. 681-703, 2011.
- _____.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social**: epistemologia de um paradigma. Curitiba: Editora CRV, 2013.
- CARRION, R. M. A Contribuição da Gestão Social para o Desenvolvimento. In CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JR. J. T. (orgs.). **Gestão Social: Aspectos Teóricos e Aplicações**. Ed. Unijuí, Ijuí, 2012.
- FARIA, J. H. **Economia política do poder**. V.2. Curitiba: Juruá, 2011.
- FERRAZ, D. L.S.; CHAVES, R. H. S.; FERRAZ, J.M. Para além da epistemologia: reflexões necessárias para o desenvolvimento do conhecimento. **REAd. Rev. eletrôn. adm.**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 1-30, ago, 2018 .
- HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. v. I-II. Madrid: Taurus, 1987.
- KOHAN, N. **El Capital: historia y método** – una introducción. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**, volume II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política (Ebook). São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital (Ebook). São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTOS, P.L.C.L. "Administração é ciência ou arte?" O que podemos aprender com este mal-entendido? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 349-360, 2009
- MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PAÇO CUNHA, E.; REZENDE, T. D. H. Participação e miséria brasileira: o participacionismo nas condições de possibilidade do capitalismo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.52, n.4, p. 1-18, 2018.
- PAES DE PAULA, A. P. **Estilhaços do real**: o ensino da administração em uma perspectiva benjaminiana. Curitiba: Juruá, 2012.
- _____. **Repensando os Estudos Organizacionais**. Por uma Nova Teoria do Conhecimento. Rio de Janeiro: EdFGV, FAPEMIG, 2015.
- PERES JR., M. R. **Gestão social sob a ótica da estruturação** (Tese). UFLA: Lavras, 2013.
- MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. "Administração é ciência ou arte?" O que podemos aprender com este mal-entendido?. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 49, n. 3, p. 349-360, 2009.
- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- SARTORI, V. **Lukács e a crítica ontológica ao direito**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, E. A. F. **Administração pública e sociedade**: paradigmas de gestão (Dissertação). UFLA: Lavras, 2017.
- TENÓRIO, F. G. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.32, n.5, p. 7-23, 1998.
- _____. **Tem razão a administração?** Ijuí: Editora da Unijuí, 2008.
- _____. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008b.
- _____. Gestão social: uma réplica. In: RIGO, A. S. et alii (orgs.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento**: ações, articulações e agenda. Recife: UNIVASEF, 2010.
- _____. Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JR., J. T. (Orgs.). **Gestão social**: aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: Editora da Unijuí, 2012.
- TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1946.
- _____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1987.